

História da Educação no Brasil

Desafios e Perspectivas

Ivone Goulart Lopes
(Organizadora)





HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Ivone Goulart Lopes
(Organizadora)

Editora Chefe

Antonella Carvalho de Oliveira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto
Universidade Federal de Pelotas

Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua
Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Lina Maria Gonçalves
Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa
Faculdade de Campo Limpo Paulista

2016 by Ivone Goulart Lopes

© Direitos de Publicação

ATENA EDITORA
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 8430
81.650-010, Curitiba, PR
contato@atenaeditora.com.br
www.atenaeditora.com.br

Revisão
Os autores

Edição de Arte
Geraldo Alves

Ilustração de Capa
Geraldo Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História da educação no Brasil : desafios e perspectivas /
Ivone Goulart Lopes, (organizadora). –
Curitiba, PR : Atena Editora, 2016.
2.926 Kb ; PDF ; 138 p.

Vários autores.
Bibliografia.

ISBN: 978-85-93243-05-9

1. Artigos 2. Educação – Brasil 3. Educação – Brasil -
História I. Lopes, Ivone Goulart.

16-08963

CDD-370.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Educação : História 370.981

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-05-9



Apresentação

Neste livro, apresentamos uma gama de artigos diretamente vinculados aos desafios e perspectivas da história da educação. Eles nos permitem ter uma ideia abrangente do estado da arte desta área em termos nacionais e colaborarão para o seu desenvolvimento, que é seu principal objetivo.

É precioso e indispensável atentarmos bem para a história da educação; sem sombra de dúvida, aquele que ignora a história corre o risco de repeti-la em seus desacertos.

Uma leitura dinâmica, feita no sumário deste livro lhe mostrará a policromia de abordagens e os recortes de visão que esta obra encerra. O livro está organizado em nove capítulos que tratam dos desafios e perspectivas da História da Educação nacional. Pontos de vista divergentes, experiências complementares, posicionamentos questionadores perpassam as páginas deste livro como espelhamento do processo histórico vivido.

Um agradecimento especial a todos que colaboraram com seus textos para este livro. Vocês nos ofereceram uma visão panorâmica da história da educação numa época tão incerta quão plena de esperança.

Hoje, em nosso país, não parece garantida a atenção que a ação educativa merece. Tem-se a impressão que estamos vivendo num inverno educativo, defrontamo-nos com reducionismos antigos e novos, com práticas educativas efêmeras, “modelos que sofrem de insuficiência cardíaca, propostas de pressão baixa, carentes de sonhos e projetos” (Di Cicco). Há quem aposta tudo no requinte de novos métodos e técnicas, esquecendo-se que é justamente o “suplemento de alma” o que reanima, apaixona, entusiasma. A cultura - mas qual cultura? - é o contexto fértil para o educador em dia com o seu tempo.

A história pode ser definida como a “ciência do tempo”. Navegando pelos estudiosos da história colhe-se muito rapidamente o entendimento seguinte: a história é o fato e suas interpretações. A partir deste entendimento, tiramos outra conclusão: a história não consegue ser reduzida a uma “racionalidade objetiva”. Ela exige, a cada tempo, novos olhares, exatamente por padecer de interpretações enriquecedoras.

O coração não pode ser um simples verbete no dicionário das ciências da educação. Ele está no centro das ações educativas, em todos os seus níveis e com todas as suas problemáticas, insucessos e esperanças.

Oxalá este trabalho, realizado conjuntamente a incontáveis mãos, ajude a todos os pesquisadores e estudiosos a enfrentar os desafios dos novos tempos nas múltiplas realidades brasileiras.

Com a expectativa de que uma leitura proveitosa por parte de todos aqueles que se ocupam com o ensino e a pesquisa educacional, em especial da História da Educação contribua para subsidiar novos estudos e embates na área, é o que pretendemos.

Cumpre saudar a Editora Atena pela decisão de publicar esta obra que irá permitir seu acesso a um maior número de estudiosos do campo educacional.
Boa leitura!

Profª Drª Ivone Goulart Lopes
Membro: ACSSA-seção Brasil; GEPHEM-OPO/Uneouro-RO; GPAE/IFRO-Cacoal;
MNEMOS/ UNIR-RO.

Sumário

Apresentação.....	04
<u>Capítulo I</u>	
POR ENTRE CAMPAINHAS E CORREDORES: ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO NO GRUPO ESCOLAR CÉSAR BASTOS (1947-1961)	
Maria Aparecida Alves Silva e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro.....	08
<u>Capítulo II</u>	
RAÍZES FINCADAS E SONHOS EMBALADOS: EDUCADORAS SALESIANAS EM CAMPOS/RJ	
Ivone Goulart Lopes.....	21
<u>Capítulo III</u>	
CIDADANIA E CIVISMO NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS NO PERÍODO DE INFLUÊNCIA DE ANÍSIO TEIXEIRA (1952-1971)	
Maria Augusta Martiarena de Oliveira e Berenice Corsetti.....	34
<u>Capítulo IV</u>	
CULTIVAR O ESPÍRITO, FORMAR O CARÁTER”: IDEOLOGIA DO PROGRESSO E A CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO REPUBLICANO NOS GRUPOS ESCOLARES DA CIDADE DE SANTOS	
André Luiz Rodrigues Carreira.....	46
<u>Capítulo V</u>	
ALFABETIZAÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: CULTURA ESCOLAR NA REGIÃO NOROESTE PAULISTA (1960-1970)	
Renata de Sampaio Valadão e Estela Natalina Mantovani Bertoletti.....	60
<u>Capítulo VI</u>	
CURRÍCULO E HISTORICIDADE: A DISCIPLINA HISTÓRIA DO MARANHÃO NO SISTEMA PÚBLICO ESTADUAL DE ENSINO (1902 – 2013)	
Dayse Marinho Martins.....	76
<u>Capítulo VII</u>	
MULHERES, EDUCADORAS E COM UMA FÉ DIFERENTE: OS ENCONTROS DE LAURA AMAZONAS E NEYDE MESQUITA	
Rosemeire Siqueira de Santana e Josineide Siqueira de Santana.....	90

Capítulo VIII

ESTADO DO CONHECIMENTO: O QUE TRAZEM OS RECENTES ARTIGOS SOBRE O LIVRO DIDÁTICO, DE 2009 A 2013

Cassia Helena Guillen Cavarsan.....104

Capítulo IX

O CAPITAL-IMPERIALISMO COMO FORMA DE DISCURSO DOS EDUCADORES DO SÉCULO XX: O CASO DE PASCHOAL LEMME E PAULO FREIRE

Daniel Luiz Poio Roberti.....119

Sobre a organizadora.....134

Sobre os autores.....135

CIDADANIA E CIVISMO NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS NO PERÍODO DE INFLUÊNCIA DE ANÍSIO TEIXEIRA (1952-1971)

Maria Augusta Martiarena de Oliveira
Berenice Corsetti

CIDADANIA E CIVISMO NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS NO PERÍODO DE INFLUÊNCIA DE ANÍSIO TEIXEIRA (1952-1971)

Maria Augusta Martiarena de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS – Campus Osório

Osório – Rio Grande do Sul

Berenice Corsetti

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Programa de Pós-Graduação em Educação

São Leopoldo – Rio Grande do Sul

Resumo: Dentre os destacados educadores brasileiros cuja atuação foi relevante no decorrer do século XX, Anísio Teixeira encontra-se em destaque. O presente estudo dedica-se ao período de influência desse educador na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, o qual se inicia quando o mesmo assumiu a direção do INEP, em 1952, e termina com sua morte, em 1971. Para tanto, optou-se por analisar o tema da cidadania e do civismo e dedicar-se a percepção de como o mesmo era abordado pelas publicações presentes no periódico.

Palavras-chave: cidadania, civismo, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

1. INTRODUÇÃO

Anísio Teixeira pode ser considerado um dos educadores brasileiros mais influentes do século XX, especialmente no que tange ao seu papel na introdução da Escola Nova no Brasil e sua defesa da escola pública. Em sua longa carreira dedicada à educação, pode-se destacar o período em que ocupou a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e, conseqüentemente, da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). Por essas razões, optou-se por realizar um estudo que se dedica ao período em que Anísio Teixeira constituiu-se na principal influência da referida revista.

O presente estudo utiliza-se da RBEP como fonte de pesquisa, tendo em vista que a mesma possui ampla divulgação entre os educadores. Deve-se destacar que o tema escolhido refere-se à cidadania e ao civismo, o qual será analisado com base nas publicações ocorridas entre 1952 e 1971.

A justificativa para a seleção do referido tema reside no fato de que esse assunto está muito presente tanto na legislação brasileira no que tange à educação, como nos projetos político pedagógicos de diversas instituições educacionais. A sua atualidade e a diversidade de acepções levam a um estudo de como o termo cidadania foi entendido ao longo das publicações da revista. Logo, este estudo insere-se em uma pesquisa maior, realizada no âmbito de um pós-doutoramento, a

qual se dedica ao estudo da trajetória histórica do conceito de cidadania no âmbito da RBEP.

Embora o período de influência de Anísio Teixeira não conte com artigo acadêmico sobre o tema da cidadania ou do civismo, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos realizou quatro publicações sobre a referida temática: um texto na seção Revistas e Jornais, dois textos da seção Legislação e uma resenha.

O presente estudo aproxima-se ao mesmo tempo da História Cultural e da metodologia histórico-crítica, pois, ainda que as referidas correntes ideológicas apresentem posicionamentos diferenciados, entende-se que o seu diálogo pode possibilitar um aprofundamento de interpretação e análise. A educação pode ser compreendida como uma parte integrante do que se chama de cultura. Nesse sentido, deve-se ter em conta que a abordagem pretendida pela História Cultural não se contrapõe à metodologia histórico-crítica, a qual pressupõe uma análise dialética da trajetória histórica, com o objetivo de analisar o texto e o contexto. Entende-se, então, que o elemento cultural encontra-se vinculado a um contexto maior e é dele uma representação. Logo, as práticas culturais, inclusive as educativas são resultado de um contexto estrutural maior, ao mesmo tempo em que operam para a sua manutenção ou transformação. A metodologia histórico-crítica visa a compreensão da questão educacional a partir do desenvolvimento histórico objetivo, o que significa compreender a educação no contexto da sociedade humana, e como ela está organizada e como ela pode contribuir para a transformação da sociedade.

Destaca-se, ainda, que como pressupostos teórico-metodológicos, utiliza-se a análise documental, em especial os estudos sobre a imprensa pedagógica como fonte de pesquisa em História da Educação, levando-se em conta que a fonte de pesquisa a ser utilizada é a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, buscou-se formar um referencial teórico que servisse de base para a análise do referido *corpus* documental.

2. A RBEP e o contexto histórico

A periodização da história da RBEP utilizada como base para o presente trabalho foi proposta por José Carlos Rothen, no artigo de título “O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: uma leitura da RBEP”. O autor realizou um estudo sobre a história do INEP, desde sua fundação, em 1938, até 2002, utilizando-se de matérias publicadas na RBEP. O estudo propõe a seguinte periodização:

- Período da influência de Lourenço Filho (1944 a 1951);
- Período da influência de Anísio Teixeira (1952 a 1971), que será subdividido em dois: de 1951 a 1961, que é marcado pelo debate da LDB/61, e o de 1962 a 1971, que é marcado pela discussão da Reforma Universitária e do ensino de 1º e 2º graus;
- Período da busca de identidade, que pode ser subdividido em quatro: o do fortalecimento do INEP como centro de documentação (1972 a 1975); o da

tentativa de desmonte do INEP (1976 a 1980); o da aproximação da comunidade acadêmica (1980 a 1995); e o da transformação do INEP em agência de avaliação (1995 a 2013¹⁰).

Destaca-se que o presente trabalho faz parte de uma pesquisa maior e que o presente estudo dedica-se, portanto, ao período denominado como de influência de Anísio Teixeira. Reitera-se que a seleção desse recorte temporal, além de basear-se na proposta de Rothen (2005), refere-se à importância desse educador em âmbito nacional, ao mesmo tempo em que abrange o final do período nacional desenvolvimentista e o início da Ditadura Militar.

O recorte temporal selecionado é marcado por um período de transição entre o nacional-desenvolvimentismo e a ditadura militar. Dentre as publicações, a maior parte concentra-se na década de 1960, em período posterior ao golpe. Sobre o período entre o Estado Novo e o Golpe Militar, Hilsdorf (2005, p.121) afirma que se tratou de um “intervalo quase liberal em uma história conservadora e autoritária”.

Faz-se necessário mencionar, ainda, que o período de influência de Anísio Teixeira estende-se além daquele em que esteve à frente do INEP, tendo em vista a sua importância como intelectual da área da educação. De acordo com Rothen (2005):

Com o falecimento de Murilo Braga, Anísio Teixeira assume a direção do Inep em 4 de julho de 1952 e se mantém no cargo até abril de 1964. A influência de Anísio Teixeira no Inep estende-se além do período em que dirigiu o Instituto; ela perdura até a sua morte, em 1971, acidentalmente, em um elevador. O período da influência de Anísio Teixeira (1952 a 1971) será subdividido em dois subperíodos: de 1951 a 1961, que é marcado pelo debate da LDB/1961, e o de 1962 a 1971, que é marcado pela discussão da Reforma Universitária e do Ensino de 1.º e 2.º graus (ROTHEN, 2002, p.196).

Esse mesmo autor afirma que apesar de não ser o fundador do INEP, Anísio Teixeira teria refundado esse órgão com a criação, em 1953, do Centro de Documentação Pedagógica, cuja função era integrar a atividade de pesquisa e de documentação, o que visava facilitar a sistematização dos trabalhos, cujos resultados seriam posteriormente divulgados. O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) foi criado em 28 de dezembro de 1955, um pouco antes da posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira como novo presidente da República, pelo Decreto nº 38.460. Rothen (2005, p.196) afirma que “[...] a criação de um órgão de pesquisa dentro de um instituto de pesquisa pode ser compreendida como a busca de uma ruptura com o passado do Inep – o passado ligado ao Estado Novo”.

Conforme citado anteriormente, o autor divide o período de influência de Anísio Teixeira em duas fases distintas: a primeira, relacionada aos debates em torno da LDB e a segunda, cuja base pauta-se nas discussões sobre as reformas educacionais. A importância dos debates em torno da legislação educacional reside

¹⁰ Embora a pesquisa de Rothen (2005) utilize como recorte temporal o ano de 2001, entende-se que não houve alteração no perfil da revista, logo, optou-se por manter a mesma periodização.

nas consequências de sua implantação e no que isto representava para a educação pública.

Com relação à primeira Lei de Diretrizes e Bases promulgada no Brasil, Veiga (2007) afirma que:

Em 1947, com fundamento no preceito da nova Constituição que atribuía ao governo federal a competência para legislar sobre todos os níveis de ensino, o ministro da Educação e Saúde Pública, Clemente Mariani, instalou uma comissão para elaborar projeto de lei sobre as diretrizes e bases da educação brasileira. Devido a divergências de interesses entre os defensores da escola pública e os representantes das instituições de ensino privadas, o projeto tramitou durante 13 anos – só foi aprovado em 20 de dezembro de 1961 (VEIGA, 2007, p.284).

A autora afirma que o processo extenso de aprovação da LDB envolveu protagonistas de diferentes filiações político-ideológicas, os quais integraram as várias comissões e subcomissões responsáveis pelo andamento do projeto. Dentre esses, encontravam-se representantes da ABE e reformadores das décadas de 1920 e 1930, bem como, políticos de direita e membros da Igreja. Veiga (2007) ressalta que o conflito de interesses determinou o lançamento da Campanha em Defesa da Escola Pública, a qual foi integrada por educadores da velha e da nova geração, líderes sindicais e estudantis. No ano de 1959, Fernando de Azevedo lançou um novo manifesto, intitulado “Mais uma vez convocados”, que contou com o apoio de cento e oitenta e nove intelectuais renomados. A RBEP foi utilizada, nesse período, como meio de debate acerca dos temas relacionados à LDB/61.

Além das publicações promovidas pela revista, Veiga (2007) afirma que a atuação do INEP destacou-se pelas seguintes ações: Campanha Nacional de Educação Rural (CNER, 1952), a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (Caldeme, 1953), a Campanha de Inquéritos e Levantamentos para o Ensino Médio e Elementar (Cileme, 1953), a Campanha Nacional de Educação de Adultos (1958) e a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBEP, 1955), já mencionado anteriormente.

A RBEP pode ser considerada em ferramenta muito relevante, notadamente no período selecionado, na identificação dos problemas educacionais em âmbito nacional e regional. Ressalta-se que, tendo em vista o momento político e econômico de transição que era vivenciado, percebia-se a importância de realizar transformações no ambiente educacional com vistas a atender às demandas da sociedade que se colocava. Nesse sentido, foram publicados textos que estudavam as formas de construir uma escola que atendesse ao mesmo tempo as demandas de uma sociedade que vivenciava o avanço tecnológico e servisse como instrumento da democracia. De acordo com Rothen (2005. P.198): “Anísio Teixeira parte do diagnóstico de que a sociedade brasileira estaria em um período de intenso processo de industrialização e conseqüente urbanização e que o ensino oferecido é defasado em relação às necessidades sociais”.

Com relação ao período em que foram realizadas as reformas educacionais, durante a Ditadura Militar, Saviani (2004) afirma que foi desencadeado um processo de reorientação geral do ensino no país. Segundo o autor:

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961 por iniciativa de um grupo de empresários, funcionou como um verdadeiro partido ideológico que teve papel decisivo na deflagração do Golpe Militar de 1964. E já nesse ano, nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro, o IPES dedicou-se à preparação de um “simpósio sobre a reforma da educação”, realizado em dezembro de 1964 [...], (SAVIANI, 2004, p.41).

Faz-se necessário mencionar, ainda, que o Regime Militar foi marcado pela assinatura dos acordos MEC-USAID (Agency for International Development), através dos quais, segundo o autor, o Ministério da Educação do Brasil estabelecia mecanismos de cooperação com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional para reformular aspectos específicos do ensino brasileiro. Esse período foi caracterizado pela importação dos Estados Unidos da Teoria do Capital Humano, a qual, de acordo com Hilsdorf (2005, p.122):

Basicamente essa teoria propõe que o processo de educação escolar seja considerado como um investimento que redunde em maior produtividade e, conseqüentemente, em melhores condições de vida para os trabalhadores e a sociedade em geral. As habilidades e os conhecimentos obtidos com a escolarização formal representam o “capital humano” de que cada trabalhador se apropria: a teoria propõe que basta investir nesse capital para que o desenvolvimento pessoal e social aconteça.

Embasados na Teoria do Capital Humano, a Lei n.º 5.540/68, aprovada em 28 de novembro de 1968, reformulou o ensino superior e a Lei n.º 5.692/71, de 11 de agosto de 1971, modificou a denominação do ensino primário e secundário para ensino de primeiro e de segundo grau, bem como atribuiu um caráter profissionalizante generalizante ao último. Segundo Saviani (2004), foram revogados os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 4.024/61) correspondentes às bases da educação consubstanciadas na estrutura do ensino primário, médio e superior e substituídos pelas duas novas leis. Porém, os primeiros títulos da LDB de 1961 (Dos fins da educação, do direito à educação, da liberdade do ensino, da administração do ensino e dos sistemas de ensino), que enunciavam as diretrizes da educação nacional, permaneceram em vigor.

Segundo Rothen (2005) foi entre 1962 e 1971 que o INEP promoveu o debate, por meio da RBEP, acerca do modelo de universidade a ser implantado no Brasil, constituindo-se em meio de divulgação das ideias referentes ao modelo de Universidade a ser adotado.

3. A CIDADANIA NAS PUBLICAÇÕES NA RBEP

Destaca-se que o recorte temporal selecionado é marcado por um período de transição entre o nacional-desenvolvimentismo e a ditadura militar. Dentre as publicações, a maior parte concentra-se na década de 1960, em período posterior ao golpe.

O texto da Seção de Jornais e Revista, intitulado “Educação moral e cívica na escola secundária”, de autoria de Sólon Borges dos Reis, foi publicado no Correio Paulistano, no ano de 1955. Os dois textos da seção Legislação referem-se à Educação moral e cívica - parecer n. 136/64 e o Decreto-Lei n.º 869/69. Já a resenha, trata-se do livro “Educação para uma civilização em mudança”, de Kilpatrick, resenhado por Lourenço Filho. Dentre as publicações, a maior parte concentra-se na década de 1960, em período posterior ao golpe. Com base na leitura dos textos, percebe-se que existe uma forte influência do autoritarismo governamental, com a publicação da legislação, ao mesmo tempo em que a influência de Anísio Teixeira apresenta-se na seleção de um livro de Kilpatrick, cujo tema é a formação cidadã na democracia. Trata-se, portanto, de uma forma de resistência ao regime vigente.

4. “EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA ESCOLA SECUNDARIA”, DE AUTORIA DE SÓLON BORGES DOS REIS

Em primeira análise, o estudo do texto de Sólon Borges dos Reis apresenta-nos a manutenção da nomenclatura “educação moral e cívica”, ou seja, utiliza-se ainda a terminologia “civismo” em detrimento do termo “cidadania”. Nesse sentido, percebe-se mesmo depois de uma década do final do Estado Novo, a manutenção de determinados conceitos e práticas. Além disso, até o final da Ditadura Militar a utilização de ambos os termos irá coexistir, percebendo-se que a utilização dos mesmos é dada como sinônimo. De acordo com os dicionários Michaelis e Aurélio, cidadania trata-se da qualidade do cidadão, enquanto civismo refere-se ao interesse pela causa pública e está vinculado ao patriotismo. Entende-se que o último, em períodos de gestões autocráticas, é usualmente utilizado com a finalidade ideológica de manutenção do poder. Embora em 1955, o Brasil tivesse um governo eleito democraticamente, pode-se dizer que as mentalidades e as representações vinculam-se a uma temporalidade de longa duração, estendendo-se para além do limite temporal do governo autoritário, que foi uma característica estadonovista.

Faz-se necessário compreender, ainda, que a leitura de um texto só pode ser compreendida a partir do conhecimento de sua autoria. Destaca-se que Sólon Borges dos Reis ocupava, em 1955, o cargo de Diretor Geral do Departamento de Educação de São Paulo, tendo ocupado, anteriormente, a função de chefe do ensino secundário e normal. Ainda na década de 1950, elegeu-se pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Com a extinção desse partido, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido no qual se manteve até 1982, quando passou a integrar o

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A trajetória política do referido educador aponta para uma perspectiva possivelmente conservadora, embora, as décadas de funcionamento do Partido Democrata Cristão sejam caracterizadas por um posicionamento de centro, voltado notadamente para os valores familiares e religiosos.

O artigo de Sólon Borges dos Reis foi publicado no Correio Paulistano, periódico cuja origem é liberal, mas que se atrelou aos interesses das oligarquias paulistas a partir do período republicano. Deve-se mencionar que o texto contém uma série de elementos que demonstram a vinculação ideológico-partidária de seu autor. Veja-se, por exemplo, o fragmento abaixo:

[...] se cada um de nós, professôres do ensino secundario, quiser fazer de nossos alunos democratas convictos e praticantes autenticos da verdadeira democracia, há para isso uma condição preliminar sem a qual tudo resultará em vão: é preciso que sejamos, nos mesmos, seguidores compenetrados da excelência do regime, (REIS, 1955, p.176).

O texto de Reis versa sobre o papel dos professores no ensino secundário na formação moral e cívica dos estudantes. Pode-se perceber que o autor relaciona esse tipo de formação à prática da democracia. E o autor continua: “[...] não bastam festividades esporádicas, nem preleções formais em ocasiões comemorativas, se o conteúdo delas não corresponder efetivamente à atuação pessoal dos mestres, elas não terão sentido no conceito dos jovens”, (REIS, 1955, p.177). Pode-se notar que Reis considera o exemplo do professor como um dos elementos mais importantes na formação dos alunos. Além disso, o autor, embora considere que as festividades cívicas não sejam suficientes sem a atuação pessoal dos docentes, não desconsidera a sua prática, a qual foi altamente utilizada no período político imediatamente anterior. Assim como o ideário sobre cidadania e civismo, as festividades cívicas, originadas na Primeira República e amplamente difundidas durante o Estado Novo, podem ser consideradas mais um elemento de continuidade, tendo em vista que ainda são realizadas nos dias atuais, embora já não tenham a grande participação com que contavam durante os governos autoritários.

Reis (1955) aponta para o fato de que moral e civismo só se entendem em termos de conduta e propõe a melhoria do nível moral e cívico da juventude, em que a escola podia contribuir efetivamente. Segundo o autor, o objetivo da educação moral e cívica era a modificação da conduta da juventude, em termos de maior consonância com os padrões éticos e os ideais e normas que pudessem servir à pátria. Pode-se perceber que a estreita vinculação entre civismo e patriotismo. O entendimento de civilidade ainda se impõe em relação ao conceito de cidadania, notadamente à sua compreensão atual. A forte vinculação patriótica e de defesa de ideais éticos, familiares e religiosos ainda estiveram presentes no ideário sobre civismo durante o período de transição entre o Estado Novo e a Ditadura Militar.

5. EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E A DEMOCRACIA

A constituição de diretrizes para a formação da juventude em um estado autoritário foi uma das preocupações presentes desde o início da Ditadura Militar. Tal preocupação está claramente expressa na legislação sobre a educação moral e cívica. Foram publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos um parecer, em 1964, e um decreto-lei, em 1970.

De acordo com Cunha (2009), a Educação Moral e Cívica foi introduzida no currículo do ginásio, pelo Presidente Artur Bernardes, por meio do Decreto n. 16.782, de 13 de janeiro de 1925. Em 1937, o ensino cívico tornou-se obrigatório em todas as escolas primárias, normais e secundárias, públicas e privadas. O autor destaca que entre 1946 e 1961, a Educação Moral e Cívica foi suprimida da legislação educacional, o governo de Jânio Quadros recolocou essa disciplina na legislação educacional, tornando-a novamente obrigatória, por meio do Decreto n. 50.505, de 26 de abril de 1961.

O parecer n. 136/64, cujo relator foi Celso Kelly, que mais tarde tornar-se-ia diretor-geral do Departamento Nacional de Ensino do Ministério da Educação prevê que:

- A) a formação moral e cívica decorre da ação educativa da escola, considerada em todas as suas possibilidades e recursos.
- B) a formação moral e cívica é objeto de escolas de todos os graus.
- C) a formação moral e cívica não fica isenta da influencia de certos órgãos formadores da opinião publica, como radio, teve e cinema. Nem da cooperação da família e da comunidade em geral.

Pode-se perceber que a Educação Moral e Cívica passou a estar presente em escolas de todos os graus, com o objetivo de atingir um número bastante elevado de jovens. Além disso, o papel da família é ressaltado. Esse parecer aborda a designação da disciplina de Organização Social e Política Brasileira, a qual, conforme o documento “tem pontos de contato com a antiga Instrução Moral e Cívica, porém se situa dentre os estudos sociais, estreitamente vinculados ao Brasil, e corresponde a vários dos fins da educação enumerados no art. 1.º da LDB”. Sobre a disciplina de OSPB, entendia-se que o estudante encontraria “o esclarecimento sobre os problemas fundamentais do seu tempo e do seu país, especialmente o conhecimento das instituições brasileiras”. O parecer prevê, ainda, a utilização da disciplina de Música com finalidades cívicas, bem como a difusão do ideário patriótico através dos meios de comunicação.

Com relação ao Decreto-Lei n.º 869/69, este se trata da obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica, como disciplina e como prática educativa nas escolas de todos os graus e modalidades do sistema de ensino nacional. O referido decreto era constituído de dez artigos, os quais dispunham sobre as finalidades; a obrigatoriedade em todos os graus de ensino e a forma como deve ocorrer em cada um deles; a elaboração dos currículos e programas básicos; a criação, no Ministério da Educação e Cultura, da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) e suas

atribuições; a formação dos professores e orientadores da disciplina e a criação da Cruz do Mérito da Educação Moral e Cívica, que seria conferida pelo Ministro da Educação e Cultura a personalidades que se salientassem à causa da Educação Moral e Cívica.

Embora o objetivo deste trabalho não seja analisar a legislação educacional, mas o que a sua presença nas páginas da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos representa, vale ressaltar que no conteúdo do decreto-lei anteriormente mencionado, é citado que a Educação Moral e Cívica tinha por finalidade defender os princípios democráticos. Aos olhos dos pesquisadores da atualidade, tal expressão pode parecer contraditória ao contexto estudado, entretanto, é possível perceber que o governo militar, embora autoritário, utilizava o termo democracia como justificativa ideológica para a sua manutenção. A disciplina de Educação Moral e Cívica constituiu-se uma das principais ferramentas nesse sentido, utilizando-se de um arcabouço no qual se realizava o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história. Além da referência à democracia, o item a, do artigo 2.º relaciona o princípio democrático à preservação do espírito religioso, o que fere o princípio de um Estado laico.

Como mencionado anteriormente, a Educação Moral e Cívica tornou-se obrigatória em todos os níveis de ensino, inclusive no superior. Nas instituições que ofereciam ensino de grau médio, era ministrado o curso curricular de Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Pode-se perceber que, mais uma vez, as instituições escolares foram percebidas como espaços para a formação de pessoas obedientes e passivas frente a um Estado autoritário.

Ao mesmo tempo em que a Revista publicou a legislação sobre o tema, em 1966, Lourenço Filho resenhou a obra de Kilpatrick, denominada “Educação para uma civilização em mudança”. A referida obra abordava a formação do cidadão pleno, a qual ocorreria no contexto da época, marcado pelo declínio dos processos autoritários. Lourenço Filho destacou, ainda, que a obra mencionava a relação entre a educação e as transformações sociais, sendo que a democracia “como sistema de vida, passa a ser considerado um objetivo, sempre em ascensão, e condição necessária ao desenvolvimento individual”, (LOURENÇO FILHO, 1966, p.147).

Logo, verifica-se que, ao mesmo tempo em que a legislação utilizava a terminologia democracia com um entendimento diferente e tendo como objetivo manter o governo autoritário, um dos principais nomes do escolanovismo no Brasil, Lourenço Filho, utilizou-se da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos para divulgar a obra de Kilpatrick e apresentar outra concepção de democracia, que previa a queda dos governos autoritários. Dessa forma, verifica-se que, ainda que a RBEP estivesse relacionada a um órgão governamental e, em determinado sentido, tivesse que publicar temas em consonância com a gestão vigente, a influência dos escolanovistas, especialmente Anísio Teixeira e Lourenço Filho se fazia perceber através de publicações, como a resenha da obra de Kilpatrick.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos textos extraídos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, pode-se perceber que no período estudado houve uma primazia da terminologia civismo em detrimento da terminologia cidadania. Como mencionado anteriormente, o sentido léxico dos referidos termos é diferenciado, o que demonstra que o contexto histórico estudado foi marcado por uma preocupação com a formação cívica dos cidadãos. Ainda que o recorte temporal seja iniciado em um período democrático, pode-se perceber que as influências do período imediatamente anterior (Estado Novo) ainda estavam presentes no contexto educacional. Além disso, a esse curto período democrático, seguiu-se um novo período autocrático, marcado pela Ditadura Militar, no qual Educação Moral e Cívica retomaram a sua importância e a sua significação.

Em contraposição, pode-se perceber que a corrente ideológica que pautava o funcionamento da RBEP publicou, já durante o governo militar, uma resenha que versava sobre a cidadania, em contraposição à formação moral e cívica. Como mencionado anteriormente, ainda que a RBEP estivesse ligada ao INEP e vinculada à União, a influência de Anísio Teixeira e Lourenço Filho se deu por meio de publicações, como a resenha da obra de Kilpatrick, a qual dispunha sobre a educação em um período de transformações e versava sobre a cidadania em um momento de declínio dos governos autoritários.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Luiz Antônio. A luta pela ética no ensino fundamental: religiosa ou laica?.

Cad. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 137, Aug. 2009. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Nov. 2014.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742009000200005>.

Educação Moral e Cívica no currículo escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, n.117, 1970.

Educação Moral e Cívica - parecer n. 136/64 do CEMP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, n.95, 1964.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

LOURENÇO FILHO, Resenha da obra de Kilpatrick “Educação para uma civilização em mudança”, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, n.101, 1966.

REIS, Sólon Borges dos. Educação moral e cívica na escola secundária. . **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, n.57, 1955.

ROTHEN, José Carlos. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: uma leitura da RBEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.86, n. 212, p. 189-224, jan/abr 2005.

Abstract: Among the outstanding Brazilian educators whose work was relevant in the twentieth century, Anísio Teixeira is highlighted. This study is dedicated to the period of influence of this teacher in the Brazilian Journal of Pedagogical Studies, which starts when it took over the INEP in 1952 and ending with his death in 1971. Therefore, it was decided by examining the topic of citizenship and civics and engage in perception of how it was approached by the publications present in the journal.

Keywords: citizenship, civility, Brazilian Journal of Pedagogical Studies.

SOBRE A ORGANIZADORA

IVONE GOULART LOPES Doutora em Educação pela PUC-Rio. Atuou como professora e gestora na SEDUC/MT; lecionou na Graduação e Pós-Graduação nas faculdades: UNIAMERICAS/CE, FAK/CE, FATE/CE e na UNEOURO/RO como professora e pesquisadora. Coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação e Memória em Ouro Preto do Oeste/RO (GEPHEM-OPO), é membro do GPAE do IFRO/Cacoal; do MNEMOS da UNIR/RO e da Associazione Cultori Storia Salesiana. Rua José Wensing, n. 1782. Barra Nova – Ouro Preto do Oeste /RO – CEP: 76.920-000. E-mail: ivone.goulart@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

ANDRÉ LUIZ RODRIGUES CARREIRA Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

BERENICE CORSETTI Graduação em História pela Universidade de Caxias do Sul, Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense, Doutorado e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. É bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq e professora titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Integra o Comitê de Ética em Pesquisa da UNISINOS. Desenvolve investigações em temáticas relacionadas à História da Educação e às Políticas Educacionais.

BETÂNIA DE OLIVEIRA LATERZA RIBEIRO Doutora em Educação, pela Universidade de São Paulo, pós-doutorado em Psiquiatria, Neurologia e Psicologia Médica, pela USP/SP. Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa de História e Historiografia da Educação.

CASSIA HELENA GUILLEN CAVARSAN Mestre em Educação pela Universidade Católica do Paraná (2015). Graduada em Letras Português- Inglês pela mesma instituição. Atualmente cursa segunda licenciatura em Pedagogia, na instituição de Ensino a Distância, Uninter, e participa do grupo de pesquisa em História da Educação na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Atua como professora do Ensino Fundamental de nove anos, nas séries iniciais, na rede municipal de São José dos Pinhais, desde 2005.

DANIEL LUIZ POIO ROBERTI Graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2007), mestre em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (2011) e doutor em Educação pela UFF (2015). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal Fluminense (IEAR) e integrante do Núcleo de Pesquisa em Geografia Humana: Teoria, Método e Ensino (NUPEGH) e do Grupo de Pesquisa e Estudos em Geografia da Infância (GRUPEGI/Cnpq-UFF). Atua principalmente nos seguintes temas: construção dos conceitos geográficos e cartográficos no segmento básico de ensino.

DAYSE MARINHO MARTINS Doutoranda em Políticas Públicas - UFMA; Mestra em Cultura e Sociedade - UFMA; Especialista em Psicopedagogia, História do Brasil, Ensino de Filosofia e Sociologia, Educação Infantil, Ensino de História, História da África e do Maranhão, Planejamento educacional e Políticas Públicas, Neuropsicopedagogia e Ludopedagogia. Licenciada em Pedagogia, História e Filosofia; Graduanda em Psicologia e Sociologia. E-mail: daysemarinho@yahoo.com.br

ESTELA NATALINA MANTOVANI BERTOLETTI Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1990); Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997); Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006); pós-doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011); pós-doutora em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014). É professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, atuando no curso de Pedagogia, especialização em Educação e mestrado em Educação. Foi vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (2011-2013) na mesma Universidade.

IVONE GOULART LOPES Doutora em Educação pela PUC-Rio. Atuou como professora e gestora na SEDUC/MT; lecionou na Graduação e Pós-Graduação nas faculdades: UNIAMERICAS/CE, FAK/CE, FATE/CE e na UNEOURO/RO como professora e pesquisadora. Coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação e Memória em Ouro Preto do Oeste/RO (GEPHEM-OPO), é membro do GPAE do IFRO/Cacoal; do MNEMOS da UNIR/RO e da Associazione Cultori Storia Salesiana. Rua José Wensing, n. 1782. Barra Nova – Ouro Preto do Oeste /RO – CEP: 76.920-000. E-mail: ivone.goulart@hotmail.com

JOSINEIDE SIQUEIRA DE SANTANA Possui Graduação em Licenciatura Plena História pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França – FSLF. Mestre em Educação pelo Programa de Pós – Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação, Instituições Escolares (UFS). Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Atualmente é professora titular – Secretaria de Estado da Educação e do Deporto. Desenvolve pesquisas nos seguintes temas História da Educação, Cultura Escolar, Educação de Órfãos, Educação Confessional.

MARIA APARECIDA ALVES SILVA Possui graduação em Pedagogia pela Universidade de Rio Verde. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU (Doutorado), Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação. Orientadora educacional da Secretaria Municipal de Educação de Rio Verde/GO desde o ano de 2003.

MARIA AUGUSTA MARTIARENA DE OLIVEIRA Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Mestre e doutora em Educação – linha de pesquisa Filosofia e História da Educação pela mesma instituição. Realizou seu estágio pós-doutoral na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. É

professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Osório.

RENATA DE SAMPAIO VALADÃO Mestre em Educação - UEMS Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - Unidade Universitária de Paranaíba; Especialista em Gestão de Pessoas e Finanças - FIRB Andradina/SP (2010) e Gestão Empresarial e Controladoria - FIU Pereira Barreto/SP (2005); Graduada em Administração pelas Faculdades Integradas Urubupungá/SP (2004). CRA/SP n. 114984. Membro do GEPHEB - Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira - UEMS. Atualmente ocupa o cargo de professora nos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Psicologia das Faculdades Integradas Urubupungá e coordena as atividades de Estágio Supervisionado; Atividades Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso.

ROSEMEIRE SIQUEIRA DE SANTANA Possui Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia pela Faculdade São Luís de França - FLSF. Especialização (andamento) em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Jardins – FAJAR. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre História do Ensino Superior – GREPHES (UFS). Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Atualmente é professora titular - Secretária de Estado da Educação e do Desporto, e da Secretária Municipal de Educação Estância/SE. Desenvolve pesquisas nos seguintes temas História da Educação, Cultura Escolar, Educação da Infância Pobre, Educação Confessional, Pedagogia Espírita.